

**AO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09.196/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2023**

**EXCELENTÍSSIMOS SR. PREGOEIRO MAYCO VIDEIRA SARTORIO E**  
**MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.**

**Gigante Produtos Medicos Ltda**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.050.321/0001-17, com sede em Ribeirão Preto/SP na Rua Martins Pena, 63 - Campos Elíseos – CEP 14080-620, através de seu representante legal, vem mui respeitosamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelo seguinte:

### **DA RECONSIDERAÇÃO DO ATO**

A Sumula 473 do Supremo Tribunal Federal definiu que: “*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*”

Em face ao determinado preliminarmente no certame, sendo incorretamente declarada vencedora a empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda**, ofertando em sua proposta para o item 14 – Coluna Oftalmológica modelo STYLE – Marca APRAMED, sendo que **NÃO** atende 100% a descrição do edital, conforme comprovaremos a seguir.

**Para o item 14 é exigido:**

14	<b>COLUNA OFTALMOLÓGICA</b> - Fabricada em chapa metálica tratada contra corrosão e pintura eletrostática a pó, o que garante grande durabilidade e estabilidade do conjunto. Liga/desliga projetor. Liga/desliga e controle da intensidade da luz da sala/consultório, liga/desliga e controle da intensidade da luz da luminária, indicação de utilização no painel para o Oftalmoscópio e Retinoscópio, <b>Opcionais inclusos:</b> <b>Controle dos movimentos da cadeira</b> , carregador de bateria com duas entradas para Retinoscópio ou Oftalmoscópio portáteis, Braço pantográfico para p refrator com ajuste longitudinal, <b>Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)</b> , Tomadas auxiliares, <b>Fonte eletrônica para alimentação do Oftalmoscópio e Retinoscópio com seletor de tensão ajustável de 2,5 V a 6,0 V</b> ; Especificações Elétricas: Tensão de Alimentação: 110-130V / 220-230V ( reversão Automática), Frequência: 50/60 Hz; Chave geral luminosa para indicação de equipamento ligado.	
----	--	--

Vejamos o que foi ofertado para o item 14 pela empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda:**

014	<b>COLUNA OFTALMOLÓGICA</b> <b>Com 1 bandeja</b> para Projetor. Acabamento externo em Vacuum Forming (Plástico). Braço pantográfico para refrator balanceado. Carregador de bateria para Welch Allyn – código do cabo 71670. Estrutura interna em aço. Liga/Desliga Luz de Sala. Liga/Desliga Projetor. Luminária pantográfica plástica com regulagem de 3 intensidades. Pés reguláveis. Sem braço para lâmpada de fenda. Suporte de cabos elétricos para Retinoscópio/Oftalmoscópio. Capacidade máxima de elevação braço pantográfico: 7kg. Capacidade máxima de elevação tampo projetor móvel: 3kg. Altura máxima/mínima: 1,04cm / 80cm. Peso bruto: 70kg. Tensão de alimentação 127 / 220V. Frequência de operação 50/60 Hz. Corrente de carga 2A. Fusível rápido 20mm – 2A. Consumo de energia 30W.  MARCA: APRAMED <b>MODELO: STYLE</b> ANVISA: 80497819002 PROCEDÊNCIA: NACIONAL	1	8.600,00	8.600,00
-----	--	---	----------	----------

Verifica-se que na proposta apresentada o equipamento possui **somente 1 bandeja**, quando o edital deixa claro que a coluna **DEVE** possuir “Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)”, ressalta-se ainda que na proposta apresentada não há qualquer menção que a coluna possui Controle dos movimentos da cadeira, tomadas auxiliares, e “*fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0V*”.

Em rápida pesquisa ao site do fabricante APRAMED através do link [https://www.apramed.com.br/v4/produtos\\_detalhes.php?id=186](https://www.apramed.com.br/v4/produtos_detalhes.php?id=186) é possível confirmar que a coluna modelo Style **NÃO** atende as exigências do edital, vejamos:

## 1º - Quanto a exigência das “02 (duas) bandejas” e Controle dos movimentos da cadeira



### COLUNA OFTALMOLÓGICA STYLE

SEM BRAÇO PARA LÂMPADA DE FENDA

ANVISA: 80497819002

ADICIONAR AO ORÇAMENTO

Caso a empresa **SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda** afirme que a coluna oftalmológica ofertada atende por completo o descritivo exigido para o item no edital, é possível consultar através do link o

<https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351094217200978/?numeroRegistro=80497819002>











- [Manual de Instruções - Coluna - STYLE.pdf](#)

podendo comprovar que todos os apontamentos apresentados são verdadeiros, pois o modelo style possui somente 1 bandeja, não sendo disponibilizado nem como opção a segunda bandeja, e, não possui em seu painel de controle os movimentos de subida e descida da cadeira, ou seja, as características são inferiores as exigidas, não devendo ser mantida sua classificação. Vejamos:

### 3.5.5. Tabela comparativa entre os modelos da linha Style

AÇÃO	STYLE BS	STYLE LX
Bandeja para projetor móvel (01 peça)	■	■
Braço pantográfico para refrator	■	■
Braço para lâmpada de fenda	X	■
Carregador retino/oftálmico	■	■
Luminária Branca	■	■
Luminária (Pantográfica ou Led)	O	O
Suporte para lâmpada de fenda	X	■

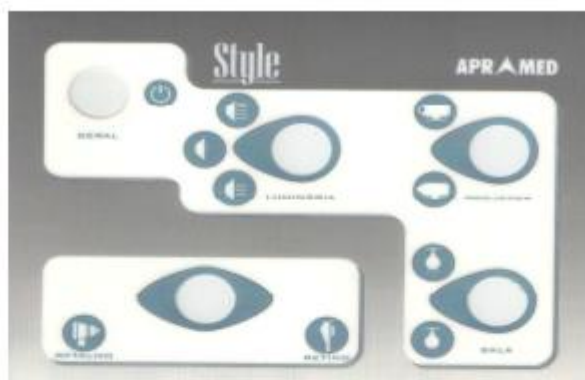
■=Série O=Opcional X=Não aplicável

Coluna	Comando	Descrição
	Power	Liga ou desliga a coluna
	Projetor	Desliga o projetor quando ligado na tomada do painel traseiro
	Projetor	Liga o projetor quando ligado na tomada do painel traseiro
	Luz Sala	Liga a luz da sala quando ligada na tomada do painel traseiro
	Luz Sala	Desliga a luz da sala quando ligada na tomada do painel traseiro
	Retinoscópio Liga	Liga o carregamento do retinoscópio
	Oftalmoscópio Liga	Liga o carregamento do oftalmoscópio
	Luminária Desliga	Desliga a intensidade da iluminação da luminária
	Luminária 50%	50% da intensidade da iluminação da luminária
	Luminária 100%	100% da intensidade da iluminação da luminária

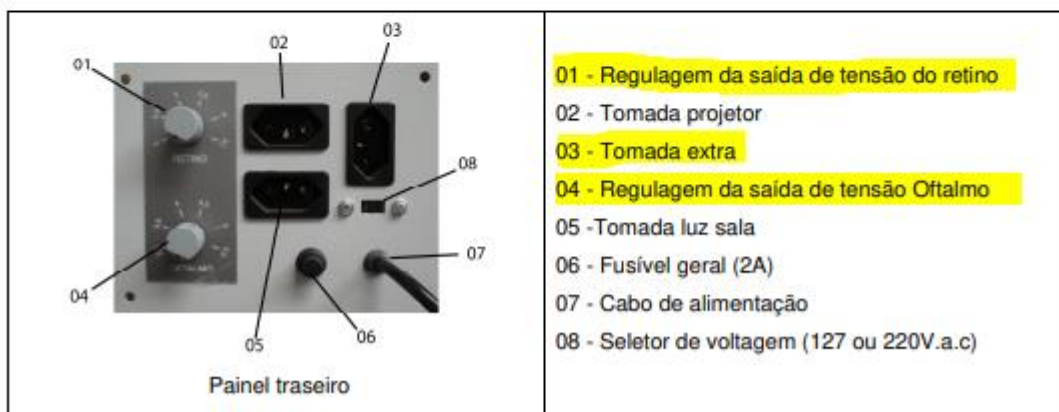
**2º - Quanto a exigência da “fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0” e Tomadas auxiliares**

De modo “estratégico”, a empresa **Senseview**, omite em sua proposta a seleção de voltagem da sua fonte de alimentação para o oftalmoscópio e retinoscópio, e se possui tomadas auxiliares, pois o equipamento ofertado para o certame NÃO ATENDE a exigência de “ajustável aproximadamente 2,5V a 6,0V, já que ajusta-se apenas até 4,5Volts, e

possui apenas 1 tomada extra, conforme descrito no próprio manual do equipamento (página 14), registrado junto a Anvisa, vejamos:



Disposição dos comandos no painel da coluna



Ora, o próprio edital menciona que a coluna DEVE possuir seleção de 2,5V a 6,0V necessária para que se evite a queima de lâmpadas, e as tomadas auxiliares necessárias (com a palavra no plural entenda-se que deva possuir no mínimo duas tomadas) para permitir ligação e utilização de vários equipamentos na coluna, como refrator, projetor e etc., não há assim qualquer outro argumento plausível que justifique a oferta e o aceite da seleção de tensão inferior e com apenas 1 tomada extra, que claramente demonstra o prejuízo na aquisição, comprovando que o equipamento possui características inferiores.

Salienta-se que o Edital é, na essência, a lei interna do procedimento, com o condão de vincular as partes, Poder Público e Licitantes, a todos os seus termos,

fixando as condições de sua realização, para a ampla disputa, desta forma, necessário que este seja inquestionável, pois que a Administração não poderá exigir ou decidir além ou aquém de suas cláusulas, objetivando a participação isonômica de todos os interessados.

Assim, nos ensinam os estudiosos do Direito Administrativo:

“O edital é chamado de “lei interna do procedimento licitatório”, pois tanto a Administração que o elaborou quanto os licitantes se subordinam integralmente aos seus termos. (...) No entanto, a Administração é submetida a freios e contrapesos no exercício de seu poder discricionário. O uso do poder discricionário significa que o administrador público pode escolher, face à conveniência, à oportunidade e à finalidade, a opção que lhe parecer mais vantajosa dentre as legalmente existentes. Assim, na elaboração do edital, inclusive para a realização de licitação na modalidade de pregão, que se caracteriza pela celeridade, a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.” (Tolosa Filho, Benedicto, Pregão – Uma Nova Modalidade de Licitação, Ed. Forense, p.47/48) (g. n.)

“... é o ato pelo qual a Administração Pública leva ao conhecimento público a abertura da concorrência ou tomada de preços, fixa condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços.” (Meirelles, Hely Lopes, Licitação e contratos administrativos, São Paulo: RT, 1990, p.110)

A Lei 8666/93 coíbe a exigência de condições que prejudiquem a competição, conforme apontado no artigo 3º, parágrafo 1º, inciso I, e a manutenção do edital na forma em que se encontra viola flagrantemente o diploma legal da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º ...

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências** e distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou **de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;**”(g.n)



Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e **julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. (Grifo nosso).

Ressalta-se que tal disposição é corroborada pelo Disposto no art. 5º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.

Respeitosamente, não podemos concordar com a aceitação da proposta que comprovamos estar irregular com o instrumento convocatório (edital), pois este fato inviabiliza a concorrência entre os fornecedores que apresentaram proposta ofertando equipamentos devidamente compatíveis com o solicitado, o que acarreta o prejuízo ao erário, que PODE ATÉ ADQUIRIR EQUIPAMENTO COM PREÇO MAIS ACESSÍVEL, porém comprova-se que não atende as necessidades do órgão requisitante, já salienta o TCU: **“Quem compra mal, compra mais de uma vez e pior, com dinheiro público”**.

## **DO PEDIDO**

Face ao exposto, requeremos que seja julgado PROCEDENTE o recurso apresentado, sendo desclassificada para o item 14 a proposta da empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda uma vez que não ofertou equipamento que atenda às exigências do edital, conforme fatos acima citados e comprovados, atendendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previsto no artigo 37 da Constituição Federal da República, princípios estes que atendem ao interesse público.

Nestes termos, requer-se deferimento

De Ribeirão Preto/SP para

Nova Friburgo/RJ, 02 de maio de 2.023.

---

**GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA**  
**HENRIQUE FERREIRA VEZONO**

**Observação: O recurso possui imagens ilustrativas, devido a restrição do comprasnet que impossibilita a inclusão de imagens o documento será enviado via e-mail para melhor análise.**